



TOCANTINS

DIAGNÓSTICO  
POR ESTADO

IPAM  
Amazônia

# GESTÃO DO FOGO NA AMAZÔNIA

# DIAGNÓSTICO | GESTÃO DO FOGO NA AMAZÔNIA TOCANTINS

O estado do **Tocantins** é composto por 139 municípios e 1.511.460 habitantes (Censo 2022) distribuídos em uma área de 277.423 Km<sup>2</sup>. O Estado **enfrenta incêndios florestais recorrentes**, agravados pelo **abandono** de extensas áreas no sul e pela **pressão agrícola** na Ilha do Bananal. Esses fatores dificultam o controle do fogo e aumentam os impactos ambientais, demandando estratégias específicas de prevenção e resposta.

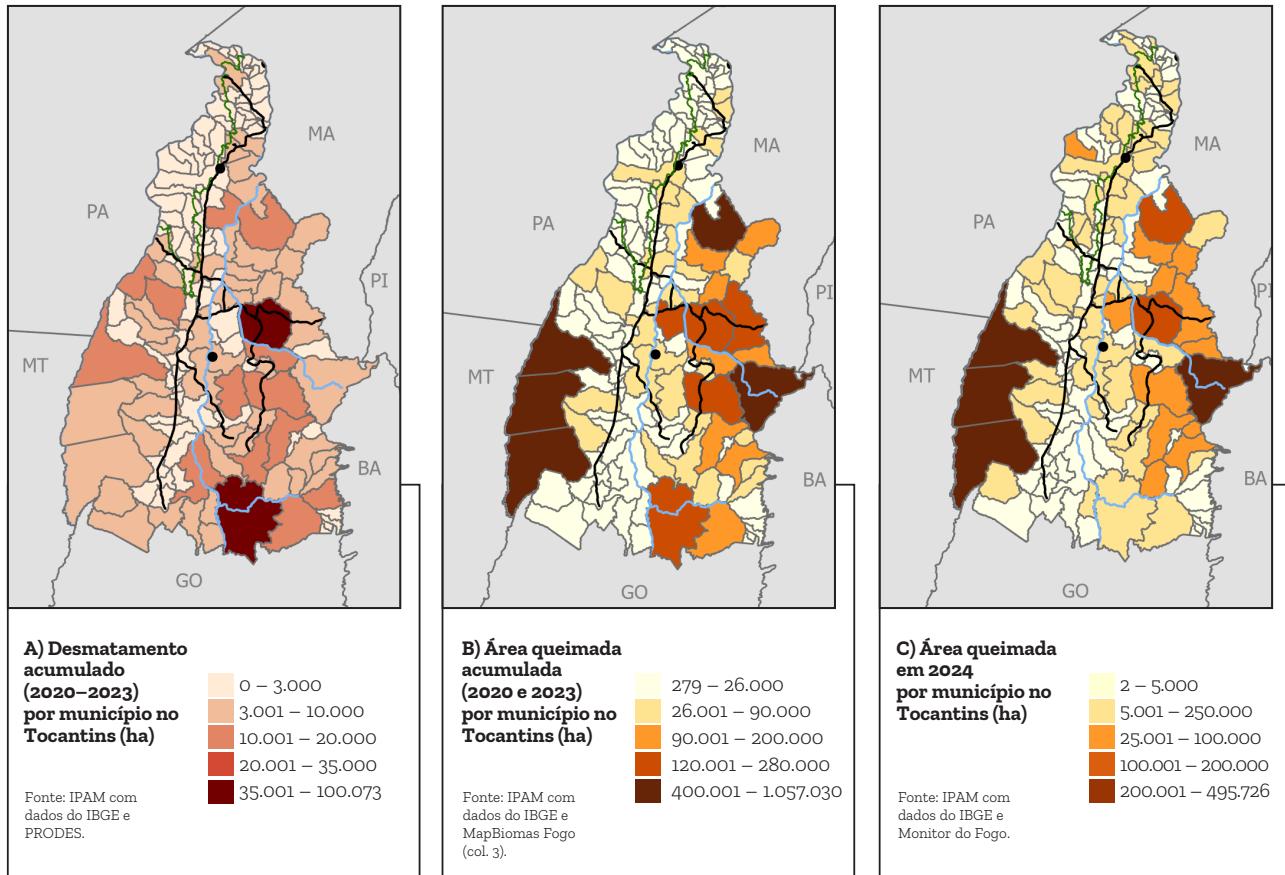


## PERÍODO CRÍTICO:

**95% dos incêndios florestais ocorreram entre julho e outubro (dados de 1985 a 2023).**

Fonte: MapBiomas Fogo.

**Figura 1.** Desmatamento e área queimada acumulados de 2020 a 2023 e em 2024 por município.



— Estradas principais • Cidades principais — Rios principais □ Limites municipais □ Limite Bioma Amazônia 0 200 400 km

# INSTITUIÇÕES ENTREVISTADAS NO TOCANTINS

Esferas de Governo	Instituições Entrevistadas no Diagnóstico da Gestão do Fogo em Tocantins
<b>Federais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);</li> <li>Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).</li> </ul>
<b>Estaduais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Corpo de Bombeiros Militar (CBM);</li> <li>Comitê do Fogo;</li> <li>Centro de Monitoramento Ambiental e Manejo do Fogo (CEMAF);</li> <li>Defesa Civil;</li> <li>Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins)</li> <li>Gerência de Unidades de Conservação e Área de Proteção Ambiental do Jalapão;</li> <li>Ministério Público - Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (CAOMA);</li> <li>Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH): Programa Foco no Fogo.</li> </ul>
<b>Brigadas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Brigada Voluntária Indígena Xerente;</li> <li>Brigada Voluntária Indígena Apinajé.</li> </ul>

# INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, COMBATE E CONTROLE DO FOGO - DESTAQUES NO TOCANTINS

O Tocantins se destaca na gestão do fogo por meio de programas como o Projeto Foco no Fogo e o ICMS Ecológico.

**Foco no Fogo** é um programa do Governo do Estado que visa prevenir e combater queimadas ilegais. É coordenado pela SEMARH em parceria com o Comitê do Fogo, e conta com a participação de 32 instituições parceiras. A estratégia é identificar os municípios com maior incidência de queimadas nos últimos anos para direcionar

ações de prevenção. São realizadas carreatas para conscientizar a população sobre os riscos das queimadas ilegais, com blitzes educativas, onde são distribuídos materiais com orientações diretas sobre o uso do fogo, reduzindo os riscos de danos ambientais. Em 2023, na quarta edição do programa, foram realizadas visitas em 67 municípios, abrangendo 1.505 propriedades e impactando 9.799 pessoas. As equipes multidisciplinares promoveram 45 ações educativas, incluindo palestras, cursos e treinamentos, reforçando



a importância da fiscalização e da adoção de práticas preventivas no controle de queimadas. Esses números mostram a robustez do programa.

Outro diferencial do estado é a utilização de critérios ambientais para distribuir os recursos do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (**ICMS Ecológico**). Desta forma, 13% da parcela do ICMS destinada aos municípios é definida com base em critérios ambientais. Dentre as ações que pontuam para o ICMS Ecológico constam: disponibilidade de brigadas, fornecimento de equipamentos de combate e equipamento de proteção individual, treinamento e construção de aceiros. Assim, o ICMS Ecológico incentiva financeiramente os municípios que adotam boas práticas ambientais, incluindo o controle do uso do fogo. A inclusão do fogo como critério reflete o compromisso com a gestão ambiental integrada, estimulando a implementação de brigadas, planos de contingência e monitoramento de áreas de risco. Em 2024, 69 municípios contrataram brigadas com recursos do ICMS Ecológico, fortalecendo a governança local e reduzindo os índices de queimadas por meio de ações estruturadas e continuadas.

Além dessas iniciativas, o Tocantins também conta com a **Operação Apoena**, coordenada

pelo governo federal, que responsabiliza proprietários por queimadas ilegais a partir da identificação via Cadastro Ambiental Rural (CAR). O Tribunal de Justiça, por meio da CECOM, realiza campanhas educativas em rádio, TV e outdoors, reforçando a conscientização sobre os impactos das queimadas ilegais. Já as **brigadas indígenas** desempenham um papel essencial na prevenção, promovendo educação ambiental, recuperação de nascentes degradadas e a realização de queima prescrita como estratégia de manejo para reduzir incêndios descontrolados.

Paralelamente, alternativas sustentáveis ao uso do fogo são incentivadas, como a **Rede Jalapão**, que há 17 anos gera renda com o capim-dourado, reduzindo a dependência de queimadas na região. Em alguns municípios, pequenos produtores recebem suporte com maquinários para manejo sustentável, e na TI Xerente, o Sistemão da EMBRAPA promove segurança alimentar e econômica por meio da integração de piscicultura, avicultura e cultivos diversificados.

**Com essas iniciativas articuladas entre governo estadual, federal, municípios e comunidades locais, o Tocantins avança na construção de uma gestão eficaz do fogo, aliando prevenção, fiscalização e alternativas produtivas sustentáveis.**

# GOVERNANÇA NA GESTÃO DO FOGO

## NORMATIVAS

O Estado do Tocantins adota um conjunto de normas para regular o uso do fogo, estabelecendo procedimentos para a concessão de autorizações (**Portaria Naturantins 044/2017**), bem como restrições em períodos críticos (**Portaria Naturantins 125/2024**). A queima controlada é permitida mediante autorização específica, exigindo documentação e vistoria técnica.

A **Portaria Naturantins 181/2019** moderniza os procedimentos administrativos do Instituto Natureza do Tocantins (Naturantins), com a implementação do Atendimento Ambiental e do Processo Ambiental Digital, otimizando a análise e o acompanhamento das atividades relacionadas ao fogo. Contudo, durante períodos de maior risco, o Estado pode suspender a emissão e a vigência dessas autorizações, restringindo o uso do fogo apenas para ações de prevenção e combate a incêndios, pesquisas e agricultura de subsistência. Diante dos incêndios florestais recorrentes, no ano de 2024 o Estado decretou situação de emergência por 180 dias, mobilizando órgãos públicos sob a coordenação da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros.

Além disso, Tocantins mantém um Comitê Estadual de Combate a Incêndios Florestais e Controle de Queimadas, responsável por coordenar ações preventivas e de resposta (**Decreto 645/1998**), um importante instrumento de governança na gestão do fogo no Estado. As medidas de prevenção

são fortalecidas com a existência do ICMS Ecológico, que considera a redução dos incêndios florestais como um dos critérios para a distribuição do recurso aos municípios (**Lei n° 2.959/2015**).

TOCANTINS		
EIXO TEMÁTICO	INSTRUMENTO	NORMA ESTADUAL/DESCRIÇÃO
Autorização de Queima	Procedimento	<b>Portaria Naturantins n.º 044/2017</b> Institui normas e procedimentos para análise de Autorizações de Exploração Florestal e Autorizações de Queima Controlada em imóveis rurais e urbanos
	Sistema Eletrônico	<b>Portaria Naturantins n.º 181/2019</b> Institui o Atendimento Ambiental e o Processo Ambiental Digital do Naturantins
Emergencial	Planejamento	<b>Decreto n.º 6.840/2024</b> Declara situação de emergência no âmbito do Tocantins por desastre climatológico (incêndio florestal)
	Proibitivo	<b>Portaria Naturantins n.º 125/2024</b> Suspende a emissão e vigência das Autorizações Ambientais de Queima Controlada no Tocantins de Julho a Outubro de 2024
Governança	Comitê	<b>Decreto n.º 645/1998</b> Institui o Comitê do Fogo no Estado do Tocantins
	PPCDQ	<b>Decreto n.º 3.143/2007</b> Altera o Decreto do Comitê de Fogo para incluir as competências internas do Comitê
	Planejamento	<b>Portaria SEMARH n.º 119/2021</b> Institui o Plano de Prevenção e Controle de Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais do Estado do Tocantins
Licenciamento Ambiental	Específica	<b>Lei n.º 2.959/2015</b> Dispõe sobre critérios de distribuição das parcelas municipais do ICMS, incluindo o ICMS Ecológico
		<b>Resolução COEMATO n.º 007/2005</b> Dispõe sobre o Sistema Integrado de Controle Ambiental do Tocantins, com especificações sobre as autorizações de queima controlada



©AdobeStock



©AdobeStock

## ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

O **Comitê do Fogo** desempenha um papel central na gestão integrada, coordenando ações de prevenção, monitoramento, combate e controle de incêndios florestais. No estado de Tocantins, o **Comitê Estadual de Combate a Incêndios e Controle de Queimadas no Estado do Tocantins** foi instituído pelo **Decreto n° 645/1998**, é coordenado pela Defesa Civil, com participação de instituições estaduais e federais.

### Quadro 1.

Instituições que participam do Comitê Estadual de Combate a Incêndios e Controle de Queimadas no Estado do Tocantins.

Nome do Comitê	Instituições que participam
<b>Comitê Estadual de Combate a Incêndios e Controle de Queimadas no Tocantins</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Comando de Ações de Defesa Civil (CODEC e COMPDECs)</li> <li>Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH)</li> <li>Corpo de Bombeiros Militar (CBMTO)</li> <li>Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS)</li> <li>Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA)</li> <li>Centro Integrado de Operações Aéreas (CIOPAER)</li> <li>Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)</li> <li>Ministério Público Estadual (MPE - CAOMA)</li> <li>22º Batalhão de Infantaria do Exército Brasileiro (22º BI)</li> <li>Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins (ADAPEC)</li> <li>Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (RURALTINS)</li> <li>Fundação Municipal do Meio Ambiente (Palmas)</li> <li>GMP Ambiental e COMPDEC Palmas (SESMU)</li> <li>Associação Tocantinense de Municípios (ATM)</li> </ul>
<b>Decreto</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria da Agricultura e Pecuária (SEAGRO)</li> <li>Secretaria de Estado de Educação de Tocantins (SEDUC)</li> <li>Secretaria dos Esportes e Juventude</li> <li>Secretaria da Saúde (SESAU)</li> <li>ICMBio</li> <li>Centro de Monitoramento Ambiental e Manejo do Fogo (CEMAF/UFT)</li> <li>Secretaria de Comunicação (SECOM)</li> <li>Prevfogo/IBAMA</li> <li>FAET/SENAR</li> <li>BP Bunge</li> <li>Energisa</li> <li>Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE)</li> <li>Polícia Rodoviária Federal (PRF)</li> <li>Capitania Fluvial do Araguaia-Tocantins (CFAT)</li> <li>DETTRAN - TO</li> </ul>
<b>Decreto n° 645/1998</b>	
<b>Coordenação</b>	
<b>DEFESA CIVIL</b>	

# PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

○ **Plano de Prevenção e Combate aos Desmatamentos e Incêndios Florestais do Tocantins (PPCDIF-TO) 2021-2025** é um instrumento estratégico do Governo do Estado e da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) para mitigar os impactos ambientais do desmatamento e das queimadas no estado. Seu objetivo central é prevenir, combater e monitorar esses eventos, estruturando-se em quatro eixos estratégicos: prevenção, monitoramento, comando e controle, e combate.

A governança do plano está estruturada no Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA), que acompanha resultados e promove ajustes estratégicos, enquanto a implementação ocorre por meio de uma articulação interinstitucional, envolvendo órgãos estaduais como o Naturatins, RURALTINS, Corpo de Bombeiros e Defesa Civil. O PPCDIF está alinhado às políticas nacionais de mudança climática e visa tornar o estado elegível para mecanismos financeiros como o REDD+, além de promover a valorização dos serviços ambientais e a regularização de passivos ambientais.

O PPCDIF 2021-2025 estabelece como meta a redução de 15% nos focos de calor no Estado, tomando como referência a média móvel dos últimos 10 anos. Ao incluir metas claras e ações específicas para prevenção e combate aos incêndios florestais, o plano reafirma a centralidade desse tema na governança ambiental do Tocantins. As principais ações propostas para reduzir incêndios florestais incluem a criação de novas brigadas municipais, garantindo que pelo menos 7 brigadistas por brigada municipal sejam contratados durante o ano inteiro para atuarem não apenas no combate direto ao fogo, mas também em atividades de prevenção nos períodos de menor risco. Além disso, o plano ainda prevê apoio às prefeituras na busca de mecanismos financeiros para a sustentabilidade dessas brigadas, incluindo parcerias público-privadas (PPPs) e o uso do ICMS Ecológico. O plano ainda prevê a regulamentação do Manejo Integrado do Fogo (MIF), como metodologia de prevenção aos incêndios e queimadas.



©AdobeStock

## Figura 2.

Instrumentos estratégicos de meio a longo prazo que orientam a gestão do Fogo no estado do Tocantins.



## AUTORIZAÇÕES DO USO DO FOGO

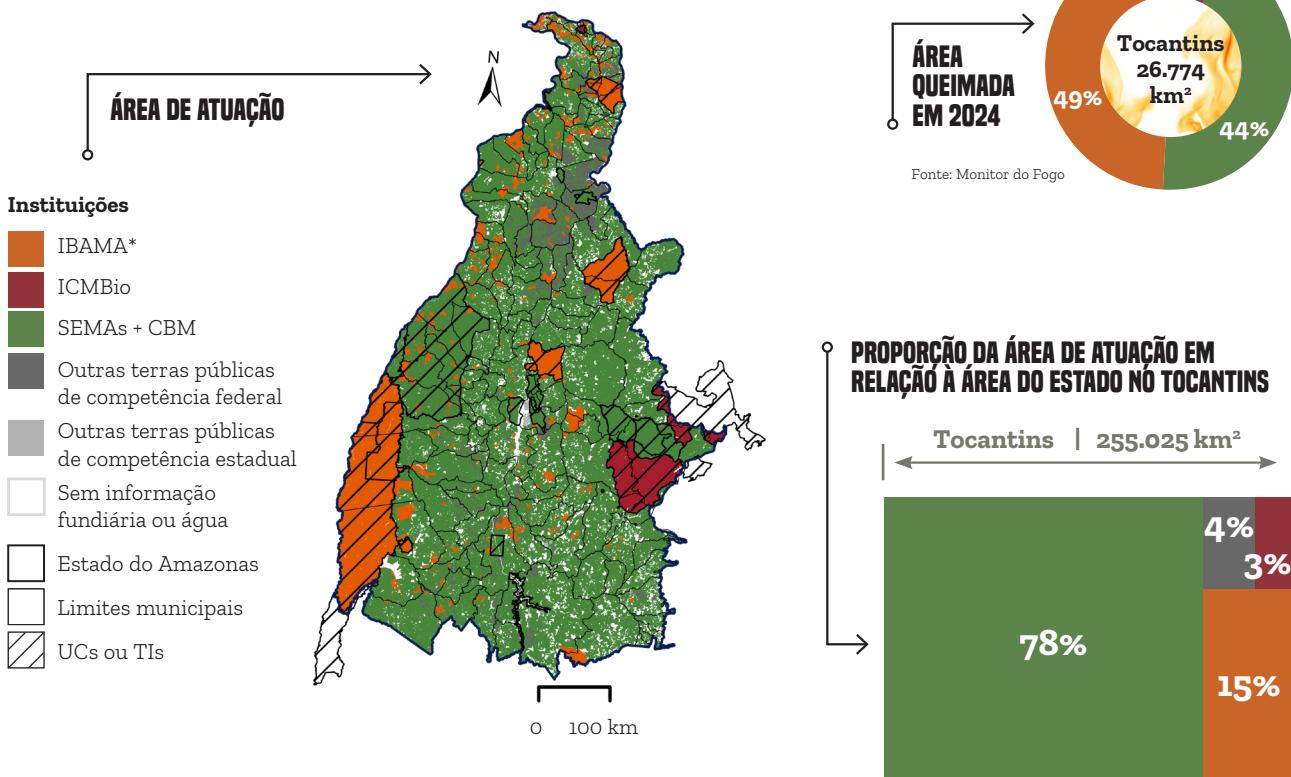
No Tocantins, a autorização para **Queima Controlada (AQC)** é regulamentada pela **Portaria Naturatins 044/2017**, que define os critérios técnicos e administrativos para análise e concessão das autorizações. O processo deve ser instruído com a documentação exigida e protocolado eletronicamente no Sistema Integrado de Gestão Ambiental (SIGAM), plataforma utilizada pelo Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins) para gerenciar solicitações ambientais. Em 2024, até 18 de dezembro, foram emitidas 805 autorizações, número inferior ao registrado em 2023 (1.079) e 2021 (2.143), mas superior ao de 2022 (399), evidenciando variações na demanda e concessão ao longo dos anos.

A fiscalização da AQC é realizada apenas em caso de denúncias de irregularidades, sem geração de relatórios específicos pelo SIGAM. As vistorias podem ser obrigatórias ou dispensadas conforme os critérios estabelecidos no Art. 2º da **Portaria Naturatins 044/2017**. Além disso, os polígonos das áreas autorizadas são registrados no SIGAM, mas não há previsão de publicação desses dados para acesso público. Essa dinâmica evidencia a necessidade de maior monitoramento e transparência no controle do uso do fogo no estado.

# COMPETÊNCIAS NO COMBATE AO FOGO

**Figura 3.**

Competência dos entes governamentais (federais e estaduais) no combate ao fogo.



\*: O Manejo Integrado do Fogo no âmbito federal conta com a parceria entre IBAMA e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), a Fundação Cultural Palmares, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inca) e a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

**No estado, diversos atores institucionais atuam no combate ao fogo.** No âmbito federal, em áreas onde Unidades de Conservação se sobrepõem a Terras Indígenas, o **ICMBio** e o **IBAMA**

compartilham a responsabilidade pela gestão do fogo, com ações coordenadas conforme a gravidade dos incêndios. No nível **estadual**, a resposta inicial cabe às **brigadas municipais**, sendo o **Corpo de Bombeiros** acionado caso a situação ultrapasse a capacidade local. Se necessário, instituições federais são envolvidas por meio do **Comitê do Fogo**, que centraliza as decisões estratégicas. O Corpo de Bombeiros atua também em conjunto com o **Naturatins**, oferecendo suporte conforme a demanda. A articulação entre os órgãos ocorre no Comitê do Fogo, que coordena a atuação integrada e dispõe de uma aeronave para apoio em grandes incêndios.

## FLUXOS DE COMANDO PARA O COMBATE AO FOGO

No Tocantins, o fluxo de comando para a estruturação e operação das brigadas de combate a incêndios florestais envolve diferentes níveis de atuação. O financiamento das brigadas municipais é garantido pelo **ICMS Ecológico**; a **Defesa Civil** coordena a capacitação das brigadas, atendendo às solicitações municipais; enquanto o **Corpo de Bombeiros Militar (CBM)** fornece apoio operacional em incêndios de grande escala. O monitoramento e a fiscalização da aplicação dos recursos e das ações de combate são realizados pelo **Ministério Público e**



© AdobeStock

**pelo Tribunal de Contas**, assegurando transparência e efetividade.

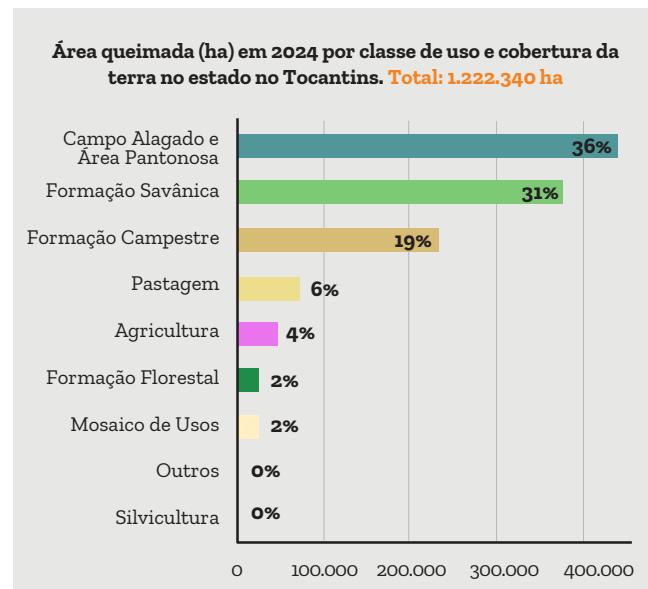
Os açãoamentos chegam através de ligação para o **CBM** (193) ou para as **brigadas municipais**, realizadas pelos cidadãos. Se o incêndio for em Unidades de Conservação, açãoam o **Naturatins**. Enquanto, em incêndios de grandes proporções, o **Comitê do Fogo** é mobilizado para coordenar a resposta interinstitucional. Além do combate ao fogo, o estado se destaca por atuar na recuperação da vegetação degradada após incêndios. O projeto **Plantando águas**, coordenado pela SEMARH, tem como objetivo a recuperação de nascentes no estado. Já o Naturatins, em cooperação com o instituto Perene, visa o plantio de mudas para a recuperação de áreas degradadas no Parque Estadual do Lajeado. A SEMARH e o Naturatins coordenam o projeto **Tocantins Restaura**, com financiamento do Fundo Silvânia, promove a recuperação de áreas degradadas no Parque Estadual do Cantão.

## MONITORAMENTO DO FOGO

O monitoramento do fogo no estado do Tocantins é realizado por diversas instituições, utilizando plataformas como BDQueimadas, Painel do Fogo e FIRMS.

A **Defesa Civil** emite boletins diários, enquanto o **Centro de Monitoramento Ambiental e Manejo do Fogo (CEMAF)** acompanha cicatrizes de queimadas e fornece inteligência para o **IBAMA** e o **Naturatins**. O **Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (CIGMA/SEMAHR)** realiza o monitoramento integrado de incêndios, desmatamento e recursos hídricos no estado. No âmbito do programa **Foco no Fogo**, o CIGMA oferece dados estatísticos sobre os incêndios ocorridos no estado. O **Comitê do Fogo**, integrado por várias instituições, também utiliza relatórios para planejar ações e conta com ferramentas como o aplicativo ODK Collect e grupos comunitários no WhatsApp para informações sobre queimas prescritas. O **Ministério Público** também realiza monitoramento e o **CBM** utiliza informações da Defesa Civil, além de registrar os incidentes no **SIOSB** (Sistema de Informação do Corpo de Bombeiros). Nenhuma informação foi coletada quanto a rondas e treinamentos no estado.

**Figura 4.**  
Área queimada em 2024



Fonte: Mapbiomas fogo.

# RECURSO NO COMBATE E CONTROLE DO FOGO



## Orçamento

### CBM

**R\$ 107,9 MILHÕES** EM 2024 

Lei Orçamentária Anual (LOA).

Não foi possível identificar o orçamento específico para incêndios florestais.

### SEMA

**R\$ 13,4 MILHÕES** EM 2024 

Lei Orçamentária Anual (LOA).

### ICMBio

uma Unidade de Conservação Estadual recebe apoio do programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), o Parque Estadual (PE) Cantão. Os valores do apoio não foram identificados.

### ICMS ecológico

repasse de aproximadamente R\$115 milhões por ano, do estado aos municípios por meio do ICMS Ecológico, incentivando práticas de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável.

As Brigadas Indígenas contam com recursos provenientes de um edital do Fundo Casa e do apoio da prefeitura, que repassa doações do ICMS Ecológico. Além disso, a brigada Apinajé recebeu financiamento por meio de emenda parlamentar.

## Efetivo

### CBM

666 pessoas, com unidade fixa presentes em dez municípios (6,5%): Araguaína, Araguatins, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Miracema do Tocantins, Palmas, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional. Todos os bombeiros do estado são habilitados e capacitados para o combate, mas não necessariamente tem atuação específica ou para o combate de incêndios.

### Brigadas



#### Prevfogo

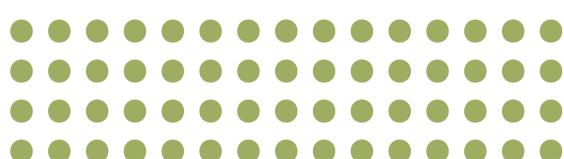
14 brigadas, totalizando 301 brigadistas, nos municípios: Arraias, Formoso do Araguaia (2 brigadas), Goiatins, Itacajá, Lagoa da Confusão (3), Pium, Santa Terezinha do Tocantins, São Félix do Tocantins, Tocantínia (2), Tocantinópolis.

#### ICMBio

duas brigadas, totalizando 48 brigadistas, nas Unidades de Conservação: Estação Ecológica (ESEC) Serra Geral do Tocantins, Parque Nacional (PARNA) do Araguaia.

#### Naturatins

9 brigadas em Unidades de Conservação, 71 brigadistas.



#### CBMTO/SEMARH

60 brigadistas; é utilizado recurso da SEMARH para contratação de brigadistas onde tem unidades do CBM.

## Municipais/Estaduais

Termo de cooperação técnica com 115 municípios, para a constituição de suas brigadas; até o final de 2024, 69 municípios contrataram brigadas;

## Voluntária

duas brigadas, são elas:

- (1) Brigada Feminina Indígena Xerente**, nos municípios de Tocantínia, Miracema do Tocantins e Rio Sono, com 29 brigadistas;
- (2) Brigada Indígena Feminina Apinajé**, nos municípios de Tocantinópolis, Maurilândia do Tocantins, Nazaré, Itaguatins e São Bento do Tocantins;
- (3) Brigada Indígena do Povo Krahô Kanela**, no município de Lagoa da Confusão.



©AdobeStock

## MANEJO INTEGRADO DO FOGO

**O ICMBio e o IBAMA iniciaram a queima prescrita no Tocantins há 10 anos.** Em 2024, o IBAMA conduziu queimas em 435 mil hectares, enquanto o ICMBio focou em áreas sem moradores, embora os dados exatos não tenham sido localizados. O Naturatins, com apoio do Corpo de Bombeiros Militar, realiza queimas prescritas há cinco anos e, em 2024, executou 261 queimas em nove Unidades de Conservação. Além dessas ações institucionais, brigadas indígenas femininas também realizam queimas prescritas, como a Brigada Apinajé, que em 2023 queimou 4.440 hectares (3,1% do território), priorizando a proteção de nascentes, áreas frutíferas e matas nativas.

Além disso, ao longo de 2024, o **Naturatins** realizou 1.074 **ações de Manejo Integrado do Fogo (MIF)**, tanto em áreas sob sua gestão quanto em apoio às comunidades do entorno

das Unidades de Conservação estaduais. As atividades incluíram **recuperação de áreas degradadas, monitoramento ambiental, reuniões técnicas sobre MIF e suporte direto às comunidades, fortalecendo a gestão do fogo de forma sustentável e integrada**.

Entre as iniciativas locais, destaca-se o calendário tradicional desenvolvido pela Brigada Feminina Xerente, que estabelece períodos indicados para queimas prescritas e define os períodos proibitivos. Na região do Jalapão, uma década de pesquisas conduzidas pela Universidade de Brasília (UnB), aliada a cinco anos de investimentos do Projeto Cerrado Jalapão, resultou em avanços significativos no conhecimento e na implementação do Manejo Integrado do Fogo (MIF), consolidando práticas sustentáveis para a gestão do fogo na região.



©AdobeStock



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A **política pública** da **distribuição do ICMS Ecológico** é um **grande ponto de destaque** no estado do **Tocantins**, promovendo a capacidade do estado em envolver os municípios na prevenção e combate a incêndios florestais, através do incentivo às brigadas. O Projeto **Foco no Fogo** se destaca na **prevenção**, envolvendo aproximadamente 32 instituições do estado e visitando os municípios que mais queimam. O **Comitê do Fogo** é um espaço que permite a integração das instituições, centraliza o planejamento estratégico e operacional para ações coordenadas. Ainda, o Plano Estadual de Prevenção e Combate aos Desmatamentos e Incêndios Florestais (PPCDIF-TO), demonstra o compromisso do estado com a mitigação dos impactos ambientais do fogo.

A **autorização para Queima Controlada** segue critérios técnicos definidos pelo Naturatins, com sistema automatizado, **garantindo um controle mais rigoroso sobre o uso do fogo**, embora seja necessário ampliar a fiscalização das autorizações e a transparência dos dados. O estado também

avança na implementação e regulamentação do Manejo Integrado do Fogo (MIF), com ações de queima prescrita conduzidas há mais de 10 anos, envolvendo órgãos ambientais federais e estaduais e brigadas indígenas. Na região do Jalapão, uma década de pesquisa, associada a cinco anos de investimentos específicos, resultou em avanços significativos no conhecimento e na implementação do Manejo Integrado do Fogo (MIF), consolidando práticas sustentáveis para a gestão do fogo.

A **experiência do Tocantins evidencia a importância da governança compartilhada e do incentivo financeiro para consolidar práticas sustentáveis na gestão do fogo**. A articulação entre governo estadual, federal, municípios e comunidades tradicionais fortalece a prevenção e o combate aos incêndios, reduzindo riscos ambientais e socioeconômicos. O avanço contínuo dessas iniciativas reforça a necessidade de políticas públicas estruturantes e investimentos permanentes para garantir a adaptação e resiliência dos territórios diante do aumento dos incêndios florestais.

# GESTÃO DO FOGO NA AMAZÔNIA

## GESTÃO DO FOGO NA AMAZÔNIA

Instituto de Pesquisa  
Ambiental da Amazônia -  
IPAM

### Equipe técnica:

Ana Carolina Pessôa  
Ane Alencar  
Gabriela Savian  
Jarlene Gomes  
Pamela Moser  
Waira Machida

**Diagramação:**  
Agência W5 ([w5.com.br](http://w5.com.br))

ACESSE O  
RELATÓRIO  
TÉCNICO  
COMPLETO



Brasília • DF  
2025

  
IPAM  
Amazônia